

Banco Ourinvest S.A

Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial	10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 20 de agosto de 2015.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Ourinvest S.A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Ourinvest S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais).

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Osasco, 20 de Agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Ourinvest S.A

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Balanço patrimonial em 30 de junho

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota Explicativa	2015	2014	Passivo	Nota Explicativa	2015	2014
Circulante		366.442	255.222	Circulante		233.902	170.847
Disponibilidades	5a	151.222	50.750	Depósitos	14a	117.313	68.839
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	88.001	74.199	Depósitos Interfinanceiros		15.428	-
Aplicações em Operações Compromissadas		88.001	74.199	Depósitos a Prazo		101.885	68.839
Tít. e Valrs.Mobiliários e Instrum.Fin.Derivativos		69.848	47.123	Recursos de Aceites Cambiais	16	11.625	-
Carteira Própria	7a	42.475	37.481	Relações Interdependenciais - Ordens de pagame	17	3.547	10
Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	899	154	Obrigações por empréstimos e repasses	18	29.884	40.521
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15	4.625	1.469	Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	1.033	196
Vinculados a Prestação de Garantias	7a	21.849	8.019	Outras Obrigações		67.931	59.969
Operações de Crédito		5.868	4.367	Cobrança e Arrec.Tribut.e Assemelhados		84	62
Setor Privado	8a	8.212	6.236	Carteira de Câmbio	9b	14.127	8.436
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Dúvida		(2.344)	(1.869)	Fiscais e Previdenciárias	19a	2.451	1.228
Outros Créditos		51.264	78.539	Sociais e Estatutárias		570	31
Carteira de Câmbio	9b	13.723	8.326	Negociação e Intermediação de Valores	19b	42.071	36.563
Rendas a Receber	9a	956	1.791	Diversos	19c	8.628	13.649
Negociação e Intermediação de Valores	9a	1.798	9.331	Exigível a Longo Prazo		78.512	41.861
Títulos e créditos a receber	8a	30.340	57.952	Depósitos	14a	76.473	41.710
(-) Outros Créditos em Liquidação Dúvida	9a	(134)	(269)	Depósitos a Prazo		76.473	41.710
Crédito tributário	9c	3.000	-	Obrigações por Operações Compromissadas		2.038	151
Diversos	9a	1.581	1.408	Resultados de Exercícios Futuros		1	-
Outros Valores e Bens	10a	239	244	Patrimônio Líquido	21	56.543	44.852
Despesas Antecipadas		239	244	Capital Social		44.000	39.000
Permanente		2.515	2.338	De Domiciliados no País		44.000	39.000
Investimentos		1.186	1.186	Reserva de Lucros		7.284	2.968
Participações em Coligadas e Controladas	11a	1.052	1.052	Prejuízos Acumulados		-	(2.144)
Outros Investimentos	11b	218	218	Participação de não Controladores		5.259	5.028
(-) Provisões para Perdas	11b	(84)	(84)	Total		368.957	257.560
Imobilizado de Uso	12	825	790				
Outras Imobilizações de Uso		2.567	2.330				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.742)	(1.540)				
Intangível	13	504	362				
Outros Ativos Intangíveis		687	421				
(-) Amortizações Acumuladas		(183)	(59)				
Total		368.957	257.560				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Ourinvest S.A

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2015	2014
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>64.558</u>	<u>16.449</u>
Operações de Crédito	8e	4.391	3.338
Resultado de Operações de Câmbio	9b	44.451	4.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6b	2.734	2.701
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	12.982	5.583
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(36.107)</u>	<u>(5.789)</u>
Operações de Captação no Mercado	14b	(12.490)	(6.012)
Obrigações por empréstimos e repasses	18b	(10.406)	(732)
Provisão para Operações Créditos de Liquidação Duvidosa	8f	(1.543)	(1.240)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	(11.668)	2.195
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>28.451</u>	<u>10.660</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(25.292)</u>	<u>(14.044)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	23	11.368	13.571
Despesas de Pessoal	24	(17.778)	(13.373)
Outras Despesas Administrativas	25	(15.787)	(12.035)
Despesas Tributárias	26	(2.958)	(2.253)
Outras Receitas Operacionais	27	61	79
Outras Despesas Operacionais	28	(198)	(33)
Resultado Operacional		<u>3.159</u>	<u>(3.384)</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>3.159</u>	<u>(3.384)</u>
Impostos e Contribuições		<u>(863)</u>	<u>(46)</u>
Imposto de Renda	21	(531)	(24)
Contribuição Social	21	(332)	(22)
Lucro líquido do exercício		<u>2.296</u>	<u>(3.430)</u>
Atribuível ao acionista controlador		<u>2.189</u>	<u>(3.491)</u>
Atribuível ao acionista não controlador		<u>107</u>	<u>61</u>
Juros sobre capital próprio		-	-
Nº de Ações (Prejuízo) do semestre por ação - em R\$	22a	<u>6.824.602</u> <u>0,34</u>	<u>6.066.916</u> <u>(0,57)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Ourinvest S.A

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não Controladores
		Capital Social	Legal	Outras			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		39.300	2.968	1.351	(6)	43.613	298
Aumento de Capital - controlador	21a	4.700	-	-	-	4.700	4.700
Prejuízo do semestre - controlador		-	-	-	(3.491)	(3.491)	-
Lucro do semestre - não controlador		-	-	-	61	61	61
Destinação das reservas de lucros:							
- Reserva legal		-	-	-	-	-	-
- Reserva especial de lucros	21b	-	-	(1.351)	1.351	-	-
- Distribuição de dividendos		-	-	-	(31)	(31)	(31)
Saldos em 30 de Junho de 2014		44.000	2.968	-	(2.116)	44.852	5.028
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		49.000	3.047	2.456	-	54.503	5.177
Aumento de Capital - controlador	21a	-	-	-	-	-	-
Lucro do semestre - controlador		-	-	-	2.189	2.189	-
Lucro do semestre - não controlador		-	-	-	107	107	107
Destinação das reservas de lucros:							
- Reserva legal		-	-	120	(120)	-	-
- Reserva especial de lucros	21b	-	-	1.920	(1.605)	315	-
- Distribuição de dividendos		-	-	-	(571)	(571)	(25)
Saldos em 30 de Junho de 2015		49.000	3.047	4.496	-	56.543	5.259

Refere-se a DF semestral, onde a destinação para reserva é opcional, ou seja, o Banco Ourinvest não adota essa opção.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Ourinvest S.A

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do fluxo de caixa para os semestres findos em 30 de junho

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2015	2014
Atividades operacionais			
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		3.159	(3.384)
Ajustes ao Lucro Líquido			
Provisão para Operações Créditos de Liquidação Duvidosa	8f	1.543	1.240
Imposto de Renda e Contribuição Social		(863)	(46)
Depreciações e Amortizações	24	171	125
Provisão para passivos contingentes		162	24
Reversão de Provisões		(19)	(5)
Resultado na Alienação de Investimentos - Cetip		-	-
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários		6.003	2.650
Efeitos da oscilação de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		(8.604)	(1.389)
Outros		-	-
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição		15.210	(17.096)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrum. Financ. Deriv.		(6.320)	(9.612)
Operações de Crédito		(3.605)	1.578
Outros Créditos		25.307	(8.906)
Outros Valores e Bens		(172)	(156)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		48.019	24.227
Depósitos		33.095	11.242
Obrigações por operações compromissadas		2.165	(516)
Recursos de Aceites Cambiais		5.166	-
Relações Interdependenciais		3.246	(81)
Obrigações por empréstimos e repasses		(357)	(40)
Instrumentos Financeiros e Derivativos		510	9.985
Outras Obrigações		4.194	3.637
Variação em Resultados de Exercícios Futuros - Aumento / (Diminuição)		1	-
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)		64.782	6.346
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos		(18)	-
Imobilizado de Uso		(45)	(50)
Intangível		(56)	(115)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento) / Diminuição		(119)	(165)
Efeitos da oscilação de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		8.604	1.389
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de Capital		-	4.700
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento / (Diminuição)		-	4.700
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		73.267	10.881
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do exercício		165.956	114.536
No fim do exercício	5b	239.223	126.806
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		73.267	12.270

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (BACEN), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) Investimento, (ii) Câmbio e (iii) Crédito e Financiamento e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

Em 8 de novembro de 2013, o Banco adquiriu o controle acionário da Omni Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários S.A., que tem por objeto social atuar na subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, encarregar-se da administração e custódia de títulos e valores mobiliários entre outros.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreende a participação de 50% da Ourinvest D.T.V.M S.A., com a atividade de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 14 de agosto de 2015.

a. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

c. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

• Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 8d.

h. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

(ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

(iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

i. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

j. Permanente

- (i) Investimentos** - O investimento em empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.
- (ii)** As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da BM&F Bovespa S.A. foram atualizadas pelo boletim diário de informações da BM&F Bovespa do último dia útil do exercício. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.
- (iii) Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iv) Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de softwares e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.

- (v) **Redução ao valor recuperável (impairment)** - É reconhecida uma perda por **impairment** se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por **impairment** são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

k. Passivos circulante e exigível a longo prazo

- **Depósitos**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.
- **Empréstimos e repasses no exterior**
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa pré-fixada, libor e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.
- **Mútuo de ouro**
São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até as datas dos balanços.
- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões, às alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 15%, sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados com base na aplicação das alíquotas vigentes para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Comitê de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os relatórios quanto às estruturas de Gerenciamento de Riscos Financeiros (Operacional, Crédito, Liquidez e Mercado) do Banco estão disponíveis no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

A área de Controles de Riscos tem como atividades principais:

- Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição aos riscos no âmbito de portfólio, preparando informações a serem submetidas à Diretoria responsável pelo Risco;
- Documentar, divulgar e disponibilizar as Metodologias, os Modelos e as Ferramentas que proporcionem a efetividade na gestão dos riscos, em conformidade com as melhores práticas, em documentos internos do Banco;
- Disponibilizar a Diretoria responsável pelo Risco, informações relacionadas à Carteira que possam expor o Banco a perdas de qualquer natureza citada (Liquidez, Operacional, Mercado e/ou Crédito), seu impacto resultante, assim como suprir, tempestivamente, com informações precisas, rápidas, seguras e relevantes sobre os riscos potenciais;
- Avaliar as perspectivas macroeconômicas, mudanças em mercado e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros;
- Realizar testes de estresse da Carteira, de forma a subsidiar a revisão das Políticas e Limites Operacionais;
- Realizar Backtest;
- Apurar a alocação de Capital com intuito de atender ao Acordo de Basileia;
- Interagir com as demais áreas e com o mercado, no sentido de obter subsídios que possam contribuir com a segurança, a rentabilidade e a liquidez das operações; e
- Atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas da Gestão de Controle de Riscos.

Controles de gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- I. Risco operacional** - É a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. A gestão e controle dos riscos operacionais buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas. O gerenciamento do Risco Operacional é considerado hoje um dos principais instrumentos de gestão do Banco no que tange à mitigação dos riscos a que o Banco está exposto.

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em integral atendimento à regulamentação vigente. Essa estrutura encontra-se formalizada no documento Política de Risco Operacional, que define a metodologia e o processo de gestão. A área de Risco Operacional é a responsável por atuar junto as demais áreas com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na política em questão. É uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna, sob responsabilidade do Gerente de Controles Internos e subordinada à Diretoria Administrativa do Banco.

A Área de Controle de Riscos é a área responsável pela parte quantitativa do Risco Operacional e a área de Controles Internos é a responsável pela parte qualitativa. Com aprovação da Administração, as políticas e procedimentos voltados para o gerenciamento de risco operacional prevêem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação deste risco, o que permite a correção contínua das eventuais deficiências de controle e o estabelecimento de papéis de responsabilidades. A título de informação, utilizamos o modelo básico de alocação de capital (BIA);

O Banco possui um plano de contingência que contém estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes de paradas, ou qualquer tipo de incidentes em nossos sistemas eletrônicos de processamento, controle, arquivos e de comunicação.

- II. Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O Gerenciamento de risco estabelece a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito; executa procedimentos para recuperação de créditos.

No gerenciamento do Risco do Crédito o Banco estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de Crédito, revisa e avalia o risco de Crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de crédito são aprovadas pela Diretoria do Banco e temos como política, não possuir alçadas para exposição a qualquer tipo de risco, com exceção ao produto Cartão de Crédito que tem política própria e também tem a aprovação da Diretoria. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, papéis de outras instituições desde que aprovada pelo comitê de crédito, avais, etc. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte, o garantidor etc., entendendo a administração que o montante é suficiente para cobrir eventuais perdas significativas.

III. Risco de liquidez - É a eventual dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, em razão dos descasamentos dos fluxos financeiros de ativos e passivos, no gerenciamento de risco o fluxo de caixa é elaborado pela área de risco para monitorar a posição financeira atual do banco. Diariamente são efetuados testes regulares de estresse com uma variedade de cenários nas condições normais e mais severas do mercado.

IV. Risco de Mercado - É a exposição em fatores de riscos tais como de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

No gerenciamento de risco é controlada a exposição das carteiras e realização de testes de estresses. As operações são divididas em: - Trading Book realizadas com intenção de negociação (carteira de negociação) - Banking Book são as disponíveis para venda ou mantidas até a data do vencimento (carteira de não negociação):

- **Trading Book** - Refere-se as disponibilidades em moedas estrangeiras, cotas de fundos de investimentos imobiliários, cotas subordinadas e seniores de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, títulos públicos, títulos privados e a carteira de crédito com cartões de crédito.
- **Banking Book** - O Banco atualmente não possui operações classificados nesta categoria.
- **Derivativos** - O Banco utiliza o instrumento de derivativos como instrumento de hedge, os derivativos utilizados são no mercado local e externo. É efetuada a marcação à mercado diariamente.

Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento de utilização de limites previamente definidos pelo comitê de Passivos e Ativos (COPA), do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Para atendimento ao requerido na Resolução nº 3.464/07 do Banco Central do Brasil, foi implementado no Banco uma estrutura específica para o gerenciamento do Risco de Mercado de suas operações. A unidade de Gestão de Risco de Mercado foi criada para identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos e sua estrutura está disponível no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk), efetuados através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela BMF & Bovespa S.A.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.490 do Banco Central do Brasil de 29/08/2007.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	2015	2014
Moeda nacional	2.006	667
Aplicações em ouro	7.075	3.210
Moeda Estrangeira - Depósito no exterior	12.031	4.705
Moeda Estrangeira - Disponibilidade	<u>130.110</u>	<u>42.168</u>
 Total	 151.222	 50.750

b. Equivalentes de caixa

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram consideradas como equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 6 a.

	2015	2014
Disponibilidades	151.222	50.750
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 6a)	88.001	74.199
Letras Financeiras do Tesouro - LFT*	<u>-</u>	<u>1.857</u>
 Total de Equivalentes de Caixa	 239.223	 126.806

(*) As Letras Financeiras do Tesouro - LFT estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Vencimentos

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representadas:

Aplicação em operações compromissadas - Revendas a liquidar posição bancada	2015	2014
Vencimento		
Até 3 meses	88.001	74.199

As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por compromissos de revenda de títulos a preços fixos a taxa de 13,25% a 13,65% over ano (2014 - 10,90%), com liquidação em 01/07/15 e estão lastreados por LTN com vencimento para 01/01/16 e 01/07/17, e NTN com vencimento para 15/08/22.

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado dentro do resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Revendas a liquidar posição BANCADA	2.734	2.685
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	220	65
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.007	2.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.507	210
 Aplicações em depósito interfinanceiro:		
Não ligadas	-	16
 Total	2.734	2.701

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

						2015			
						Valor de custo corrigido	Ajuste		
		Valor contábil							
Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total					
Títulos livres									
Títulos para negociação:									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	159	-	4.529	4.688	4.688	-		
Letras de Câmbio	-	1.249	1.051	706	3.006	3.025	(19)		
Letras de Crédito Imobiliário	-	28	1.129	461	1.618	1.608	10		
Letras de Crédito Agronegócio	-	19	8	1	28	28	-		
Certificado de Depósito Bancário	-	39	302	47	388	391	(3)		
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	20.808	-	-	-	20.808	20.808	-		
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários	11.439	-	-	-	11.439	14.733	(3.294)		
Cotas de Fundos em Participações	500	-	-	-	500	1	499		
Títulos livres:	32.747	1.494	2.490	5.744	42.475	45.282	(2.807)		
Vinculados a operações compromissadas:									
Títulos para negociação:									
Letras de Crédito Imobiliário	-	749	2.499	532	3.780	3.766	14		
Letras de Agronegócio	-	831	14	-	845	841	4		
Vinculados a operações compromissadas:	-	1.580	2.513	532	4.625	4.607	18		
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos para negociação:									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	21.849	21.849	21.849	-		
Vinculados à prestação de garantias:	-	-	-	21.849	21.849	21.849	-		
Total geral:	32.747	3.074	5.003	28.125	68.949	71.738	(2.789)		
						2014			
						Valor de custo	Ajuste de mercado		
Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total					
Títulos livres									
Títulos para negociação:									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.857	180	3.393	5.430	5.429	1		
Cotas de fundos de investimento imobiliários	22.769	-	-	-	22.769	25.118	(2.349)		
Outros	-	757	817	2.426	4.000	4.084	(84)		
Títulos livres	22.769	6.915	1.070	6.727	37.481	39.905	(2.424)		
Vinculados a operações compromissadas:									
Títulos para negociação:									
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	913	152	1.065	1.061	4		
Letras de Agronegócio	-	-	404	-	404	403	1		
Vinculados a operações compromissadas:	-	-	1.317	152	1.469	1.464	5		
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos para negociação:									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.569	5.450	8.019	8.017	2		
Vinculados à prestação de garantias:	-	-	2.569	5.450	8.019	8.017	2		

Os títulos classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante do Banco, independente do prazo de vencimento conforme circular 3.068.

Os títulos estão classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante do Banco, independente do prazo de vencimento conforme circular 3.068.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (Selic), os títulos privados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

O valor de mercado dos títulos públicos foi calculado com base em preços divulgados pela ANBIMA.

Os títulos privados, classificados como para negociação, são ajustados a valor de mercado pelo preço médio do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo Boletim Diário da BM&F Bovespa.

As cotas de fundos de investimento imobiliários, classificadas como para negociação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço médio do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo Boletim Diário da BM&F Bovespa.

As Letras de Crédito Imobiliários foram adquiridos com base na variação de 89,50% a 115,00% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação.

Os Certificados de Depósitos Bancários foram avaliados com base na variação de 118,00% a 122,00% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Resultado com títulos e valores mobiliários		
Títulos de renda fixa	2.320	1.111
Aplicações em fundos Imobiliários	3.220	1.381
Aplicações em ouro	1.023	1.964
Lucro com títulos de renda fixa	6.021	-
Lucro com fundos imobiliários	398	1.127
 Total	 12.982	 5.583

c. Posição das operações - Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na BM&FBovespa S.A. e na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. As operações em aberto em junho de 2014 apresentam as seguintes características:

2015					
Valor de referência					
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
Diferencial	Diferencial	A vencer	A vencer de		
a receber	a pagar	até 03 meses	03 a 12 meses		
				Total	
Contratos de Opções:					
Compra de Opções de Ações	448	(451)	6.247	4.168	10.415
Venda de Opções de Ações	451	(582)	(11.855)	9.503	(2.352)
Subtotal	899	(1.033)			
Contratos de Termo:					
Venda de Termo ouro	-	-	-	(363)	(363)
Subtotal	-	-			
Total	899	(1.033)			
Contratos Futuros:					
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	25.449	-	25.449
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	(129.346)	-	(129.346)

2014					
Valor de referência					
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
Diferencial	Diferencial	A vencer			
a receber	a pagar	até 03 meses		Total	
Contratos de Opções:					
Compra de Opções de Ações	154	-	3.805	3.805	
Venda de Opções de Ações	-	(164)	(2.000)	(2.000)	
Subtotal	154	(164)			
Contratos de Termo:					
Venda de Termo ouro	-	(32)	577	577	
Subtotal	-	(32)			
Total	154	(196)			
Contratos Futuros:					
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	43.056	43.056	
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	(12.402)	(12.402)	

c.1 Resultado com Derivativos

	2015	2014
Resultado com operações a termo	(24)	1
Resultado com opções	87	65
Resultado com mercado futuro	(11.731)	2.129
Total	(11.668)	2.195

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Opções:** Cotação em bolsas.

8 Operações de crédito / Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	2015	2014
Operações de Crédito	8.212	6.236
Empréstimos e Títulos Descontados	8.212	6.236
Títulos e Créditos a Receber	30.340	57.952
Advent Depositary Participações S.A.	-	17
Títulos e crédito a receber ⁽¹⁾	30.340	57.935
Total	38.552	64.188
Parcela a curto prazo	38.533	64.188
Parcela a longo prazo	19	-

⁽¹⁾ Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota explicativa 9a) e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2015	2014
Indústria	2.987	4.028
Rural	7	16
Comércio	30.465	56.184
Intermediários financeiros	23	10
Outros serviços	4.052	3.885
Habitação	145	65
Pessoa Física	873	-
Total	38.552	64.188

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento	2015	2014
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	4.841	3.546
Créditos a vencer		
Até 3 meses	31.641	60.072
3 a 12 meses	2.051	570
1 a 3 anos	19	-
Total	<u><u>38.552</u></u>	<u><u>64.188</u></u>

d. Carteira de Créditos/Títulos a Receber e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Carteira de operações de crédito		Provisão requerida	
		2015	2014	2015	2014
AA	0%	5.446	8.182	-	-
A	0,50%	27.792	51.780	(139)	(259)
B	1%	683	911	(7)	(9)
C	3%	1.117	510	(34)	(15)
D	10%	455	520	(46)	(52)
E	30%	460	347	(138)	(104)
F	50%	825	372	(413)	(186)
G	70%	237	178	(166)	(125)
H	100%	1.537	1.388	(1.537)	(1.388)
Total		<u><u>38.552</u></u>	<u><u>64.188</u></u>	<u><u>(2.480)</u></u>	<u><u>(2.138)</u></u>

Durante o semestre de 2015, foi recuperado o montante de R\$ 89 (2014 - R\$30) e renegociado o montante de R\$ 2.748 (2014 - R\$ 2.365).

e. Resultado das operações de crédito

	2015	2014
Operações de crédito	901	718
Rendas de empréstimos	831	626
Rendas de financiamentos - Outras	70	92
Outras receitas e despesas operacionais	3.490	2.620
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	89	29
Juros sobre atraso	1.003	883
Antecipação de recebíveis	1.198	494
Resultado de cessão de operações de crédito (1)	1.200	1.214
Resultado com operações de crédito	4.391	3.338
Outras receitas relacionadas às operações de crédito		
Serviços - (nota explicativa 23)(2)	6.103	6.351
Total de op. de créditos e outras receitas relacionadas às operações de crédito	10.494	9.690

- (1) Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco efetuou cessões de operações de crédito sem coobrigação, no montante de R\$ 123.139 (2014 - R\$ 144.381), esta operação gerou um lucro de R\$ 1.200 (2014 - R\$ 1.214).
- (2) Refere-se à taxa de administração e tarifas relacionadas ao produto cartão Suppliercard.

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Provisão p/ créditos em liquidação duvidosa		
Saldo no Início do semestre	(2.902)	(1.488)
Constituição de provisão	(2.037)	(1.698)
Reversão de provisão	494	458
Baixados para prejuízo	1.967	590
Total	(2.478)	(2.138)

g. Garantias

A carteira do Banco, possui em 30 de junho de 2015 cerca de 13% de seus créditos protegidos por seguros de crédito/garantia fidejussória, com seguradora de 1^a linha. As operações de crédito são derivadas exclusivamente de compras com Notas Fiscais, feitas em Estabelecimentos previamente analisados e contratados.

9 Outros créditos

a. Outros créditos

	2015	2014
Carteira de câmbio	13.723	8.326
Rendas a receber	956	1.791
Negociação e intermediação de valores	1.798	9.331
Títulos e créditos a receber (1)	30.340	57.952
(-) Provisão	(134)	(269)
Créditos Tributários	3.000	-
Diversos	1.581	1.408
	<hr/>	<hr/>
Adiantamentos e antecipações salariais	611	671
Impostos e contribuições a compensar	653	415
Pagamentos a ressarcir	314	312
Devedores diversos - País	3	10
	<hr/>	<hr/>
Total	51.264	78.539
	<hr/>	<hr/>
Curto prazo	51.264	78.539
Longo prazo	-	-

(1) Referem-se a transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a liquidação do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (nota explicativa 8e).

b. Carteira de câmbio

	2015	2014
Ativo - Outros créditos	13.723	8.326
Câmbio comprado a liquidar	9.864	6.134
Direitos s/vendas de câmbio	4.404	2.192
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(545)	-
Passivo - Outras obrigações	(14.127)	(8.436)
Câmbio vendido a liquidar	(4.381)	(2.271)
Obrigações por compra de câmbio	(9.740)	(6.151)
Obrigações por vendas realizadas	(6)	(14)
Total	(404)	(110)
	<hr/>	<hr/>
Resultado com operações de operações de câmbio	2015	2014
Rendas de câmbio	58.392	10.443
Despesas de câmbio	(13.941)	(5.616)
Total	44.451	4.827
	<hr/>	<hr/>

Operações relacionadas a câmbio

Empréstimos em moeda estrangeira - Juros (nota 18b)	(628)	(491)
Empréstimos de ouro - Aluguel (nota 18b)	(85)	(157)
Variação de taxa/câmbio (nota 18b)	(5.298)	91
Impostos s/ empréstimos (nota 18b)	(210)	(175)
Variação de taxa ouro	(4.185)	-
Derivativos cambiais - Termo (nota 7c1)	(24)	1
Derivativos cambiais - Futuros (nota 7c1)	(11.731)	2.129
Resultado com ouro (nota 7b)	1.023	1.964
Total de operações relacionadas a câmbio	(21.138)	3.362
Total geral	23.313	8.189

c. Créditos tributários a compensar

1. Natureza e origem dos créditos tributários

Os créditos tributários são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social.

2. Movimentação do crédito tributário e expectativa de realização

	dez/14				jun/15
	Saldo inicial	Reversão	Constituição	Aproveitamento	Saldo final
Crédito Tributário - Prej. Fiscal	3.000	-	-	-	3.000
Total	3.000	-	-	-	3.000

3. Realização do crédito tributário

Créditos tributários **dez/14**

até dezembro de 2015	384
de dezembro de 2015 até dezembro de 2016	408
de dezembro de 2016 até dezembro de 2017	435
de dezembro de 2017 até dezembro de 2018	465
de dezembro de 2018 até dezembro de 2019	500
de dezembro de 2019 até dezembro de 2020	539
de dezembro de 2020 até dezembro de 2021	269

Total **3.000**

4. Valor presente do crédito tributário

Com base na taxa Selic projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam R\$ 1.911.

Período	Aproveitamento de C. Tributário	Dias úteis remanescentes	Taxa de Desconto - Selic (*)	Valor Presente
2015	384	129	13,98%	337
2016	408	380	13,28%	318
2017	435	629	12,73%	304
2018	466	879	12,59%	290
2019	500	1.132	12,49%	278
2020	539	1.383	12,48%	266
2021	268	1.634	12,47%	118
Total	3.000			1.911

5. Resultado com ativo fiscal diferido

Nos semestres de 2015 e 2014 não ocorreu constituição com ativo fiscal diferido.

6. Crédito tributário não reconhecido

O saldo do crédito tributário foi constituído no 2º semestre 2014 baseado no prejuízo fiscal do Banco que era de R\$ 12.325, para os quais foram utilizados 61% de base para apuração do crédito tributário de R\$ 3.000. Em 30 de junho de 2015, o saldo do prejuízo fiscal do Banco passou para R\$ 11.517 para os quais foram passou a ser utilizado 65% da base de apuração de crédito tributário. O montante de crédito tributário não reconhecido passou para R\$ 1.607 (2º Semestre de 2014 R\$ 1.930) (nota explicativa 21a).

10 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	2015	2014
Seguros a apropriar	25	32
Auditória	195	195
Outros	19	17
Total	239	244

11 Investimentos

a. Participação em Controlada

O Banco adquiriu a integralidade das ações ordinárias da Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Omni DTVM) em 25 de março de 2013, que representa 50% do seu capital social, quantidade de 300.010 ações, pelo valor de R\$ 1.362. Essa transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Como a aprovação pelo Banco Central do Brasil era condição determinante para a transferência das ações, foi apurado o ágio na compra das ações, no valor de R\$ 1.052, com base no patrimônio líquido da Omni DTVM de 30 de novembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

Omni Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários S.A.

	nov-13	
	100%	50%
Total do Ativo	619	310
Disponibilidades	2	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	614	307
Outros créditos	1	1
Outros valores e bens	2	1
Patrimônio Líquido	619	310
Capital Social	600	300
Reservas de Lucros	19	10

Ágio apurado na aquisição da Omni DTVM S.A., correspondente à soma do valor pago na transação deduzido o patrimônio líquido, resultou no valor de R\$ 1.052. O referido ágio está suportado em projeções de resultados futuros. A expectativa de realização do ágio é de 5 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

b. Outros investimentos

	2015	2014
Ações e quotas	206	206
Obras de arte	12	12
(-) Provisão p/perda em ações e quotas	(84)	(84)
Total	134	134

12 Imobilizado de uso

Imobilizado de uso

	2015	2014			
	Taxa anual	Valor	Valor		
	de depreciação	Custo	Depreciação	residual	residual
Outras Imobilizações de Uso					
Inst. móveis e equipamentos de uso	10%	755	(560)	195	193
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	400	(171)	229	124
Sistemas de Processamento de Dados	20%	1.412	(1.011)	401	473
Total	2.567	(1.742)	825	790	

13 Intangível

			2015	2014
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Licença de Uso - Adquirida até out/13	225	(88)	137	182
Licença de Uso - Adquirida após out/13	462	(95)	367	180
Total	687	(183)	504	362

Segregação de aquisição do intangível conforme carta-circular nº 3.624 de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Depósitos

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 3 anos	Total 2015	Total 2014
Depósito interfinanceiro	15.428	-	-	15.428	-
Depósito a prazo - Pré fixado	30	35	-	65	96
Depósito a prazo - Pós fixado	44.031	28.583	75.008	147.622	49.933
Depósito de garantia especial	18.312	10.894	1.465	30.671	60.520
Total	77.801	39.512	76.473	193.786	110.549
Parcela a curto prazo				117.313	68.839
Parcela a longo prazo				76.473	41.710

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2015	2014
Depósito interfinanceiro	(946)	-
Depósito a prazo	(10.410)	(5.592)
Despesas de contribuição FGC	(302)	(325)
Certificado de Operações Estruturadas	(587)	(95)
Operações compromissadas	(245)	-
Total	(12.490)	(6.012)

15 Obrigações por operações compromissadas

	2015		2014		
	Indexador	Revenda a Liquidar (Ativo)	Recompra a Liquidar (Passivo)	Revenda a Liquidar (Ativo)	Recompra a Liquidar (Passivo)
LCI - Venc. ago/2015	96,50% CDI	232	(231)	-	-
LCI - Venc. set/2015	95,50% CDI	232	(231)	-	-
LCI - Venc. set/2015	99,00% CDI	27	(27)	-	-
LCI - Venc. set/2015	96,50% CDI	258	(257)	-	-
LCI - Venc. out/2015	95,50% CDI	108	(108)	-	-
LCI - Venc. nov/2015	95,50% CDI	55	(55)	-	-
LCI - Venc. dez/2015	97,00% CDI	798	(795)	-	-
LCI - Venc. mar/2016	98,50% CDI	24	(24)	-	-
LCI - Venc. nov/2016	98,50% CDI	39	(39)	-	-
LCI - Venc. jan/2017	95,50% CDI	231	(230)	-	-
LCI - Venc. abr/2017	98,50% CDI	562	(560)	-	-
LCI - Venc. mai/2017	98,50% CDI	396	(395)	-	-
LCI - Venc. jun/2017	98,50% CDI	286	(284)	-	-
LCI - Venc. jul/2017	98,50% CDI	532	(530)	-	-
LCI - Venc. jan/2015	94,50% CDI	-	-	306	(305)
LCI - Venc. fev/2015	94,50% CDI	-	-	295	(293)
LCI - Venc. abr/2015	96,50% CDI	-	-	312	(311)
LCI - Venc. nov/2015	96,50% CDI	-	-	152	(151)
LCA - Venc. ago/2015	96,50% CDI	831	(828)	-	-
LCA - Venc. jun/2016	96,50% CDI	14	(13)	-	-
LCA - Venc. mai/2015	96,50% CDI	-	-	404	(403)
Total		4.625	(4.607)	1.469	(1.463)

16 Recursos de aceites cambiais

Em 30 de junho de 2015, o Banco possuía obrigações com Certificados de Operações Estruturadas (COE) no total de R\$ 11.625 (2014 - R\$ 0).

PASSIVO	Vencimento			Total
	ago/15	set/15	fev/16	
Notional	5.040	1.920	5.250	12.210
Custo a apropriar	(87)	(42)	(456)	(585)
Total	4.953	1.878	4.794	11.625

17 Relações Interdependências - Ordens de pagamento

Em 30 de junho de 2015, o Banco possuía um saldo de ordens no exterior a cumprir no montante de R\$ 3.547 (2014 - R\$ 10).

18 Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição

Em 30 de junho 2015, o Banco possuía obrigações por empréstimos contraídos no exterior, com vencimento em agosto 2015 R\$ 17.149 (taxa 3,55% a.a. mais Libor 0,28% a.a.), com vencimento em setembro 2015 R\$ 12.735 (taxa 3,55% a.a. mais Libor 0,2857% a.a.) totalizando R\$ 29.884 (2014 R\$ 40.521).

b. Despesas com obrigações por empréstimos

	2015	2014
Obrigações por empréstimos		
Aluguel de empréstimo de ouro (nota 19b)	(85)	(157)
Variação Cambial sobre empréstimo de ouro	(4.185)	-
Juros de empréstimo no exterior	(628)	(491)
Variação de taxa/câmbio	(5.298)	91
Impostos s/empréstimos	(210)	(175)
 Total títulos livres	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> (10.406)	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> (732)

19 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

As Obrigações Fiscais e Previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ lucro	741	-
Impostos e Contribuições a Recolher	1.710	1.228
 Total	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> 2.451	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> 1.228

b. Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2015	2014
Comissões e corretagens a pagar	17	20
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	8.799	9.644
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	32.324	25.815
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	931	1.084
 Total	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> 42.071	 <hr style="border-top: 1px solid black;"/> 36.563

⁽¹⁾ Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os Clientes do Banco.

⁽²⁾ O empréstimo com vencimento em fevereiro de 2016 no total de R\$ 32.324 (2014 - R\$ 25.815).

c. Outras obrigações - Diversas

	2015	2014
Diversas		
Obrigações para aquisição de bens e direitos	4	-
Despesas de pessoal	3.167	2.160
Passivo contingente	569	161
Credores diversos - país	4.888	11.328
Outros (1)	2.092	1.505
Financiamento cartão de crédito a liberar (2)	2.796	9.823
	<hr/>	<hr/>
Total	8.628	13.649

- (1) O saldo mais significativo R\$ 929 (2014 - R\$ 415) refere-se a despesas com empresas de transporte de valores.
- (2) O saldo refere-se aos valores de compras realizadas pelos clientes que se utilizam dos cartões Suppliercard, e que serão repassados aos Estabelecimentos.

20 Contingências

O Banco possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtido os pareceres dos assessores jurídicos, e estimado razoavelmente o valor da perda, o Banco efetua os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. Em 30 de junho, o Banco possuía algumas ações judiciais com probabilidade de perda provável ou possível não resolvidas, tais como:

- (a)** Processos judiciais relacionados a concessão de crédito direto ao consumidor - CDC - para financiamento de veículos: (i) 8 processos com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 535 (2014 - R\$ 373), devidamente provisionado. Em caso de eventual desembolso, este ocorrerá de forma diluída, ao longo de vários períodos.
- (b)** Processos judiciais relacionados a concessão de crédito por intermédio do Cartão de Compra Suppliercard: (i) 3 processos com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 34 (2014 - R\$ 35) devidamente provisionados.

Risco provável	2014				2015
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
CDC - Financiamento de Veículos	209	69	(1)	259	536
Cartão de Compra Suppliercard	28	19	(21)	7	33
Total	237	88	(22)	266	569

Risco possível	2014				2015
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Saldo Final	Saldo Final
CDC - Financiamento de Veículos	76	17	(62)	31	31
Cartão de Compra Suppliercard	540	62	(473)	129	129
Outros	143	-	(137)	6	6
Total	759	79	(672)	166	166

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Banco Ourinvest S.A.

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.930	(3.491)
Participação no lucro	-	-
Resultado antes do IR e CS líquidos de participações e JCP	2.930	(3.491)
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	605	1.004
Ajuste ao valor de mercado	-	-
Desp. Com provisão com passivos contingentes	161	289
Despesas indevidutíveis	1	14
Resultado renda variável	-	28
Exclusões		
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(494)	(354)
Resultado de equivalência patrimonial	(107)	(62)
Resultados provisão renda variável	(19)	(34)
Ajuste ao Valor de mercado	(388)	-
Outras	-	(10)
Total	2.689	(2.616)
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	(807)	-
Base de cálculo	1.882	(2.616)
Imposto de renda	(459)	-
Contribuição social	(282)	-

	1º SEM/ 2015	2º SEM/ 2014
Base Negativa - Prejuízo Fiscal	11.517	12.324
Base Negativa - Prejuízo Fiscal utilizado	7.500	7.500
Alíquota de 15% e adicional de 10% para imposto de renda	1.875	1.875
Alíquota de 15% para contribuição social	1.125	1.125
Constituição de Crédito Tributário	3.000	3.000
Base Negativa - Prejuízo Fiscal	4.017	4.824
Alíquota de 15% para contribuição social	1.004	1.206
Alíquota de 15% e adicional de 10% para imposto de renda	603	724
Crédito Tributário não constituído	1.607	1.930
Ourinvest DTVM S.A.	2015	2014
Resultado antes do IR e CS líquidos de participações e JCP	336	170
(-) Prejuízo fiscal anterior	-	(26)
Base de Cálculo	336	144
Provisão para Imposto de Renda	(72)	(24)
Provisão para Contribuição Social	(50)	(22)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(122)	(46)

22 Patrimônio líquido

a. Capital

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.824.602 (Seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e duas) ações (2013 - 6.066.916), sendo 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentas e uma) ações ordinárias (2013 - 3.033.458) e 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentas e uma) ações preferenciais (2013 - 3.033.458), todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no país.

Com base na Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de dezembro de 2014, foi deliberado o aumento de Capital Social para R\$ 44.000, dividido em 6.824.602 ações nominativas, sendo 3.412.301 preferenciais e 3.412.301 ordinárias, sem valor nominal, mediante a emissão de 757.686 novas ações nominativas, sendo 378.843 ordinárias e 378.843 preferenciais ao preço unitário de R\$ 6.599039708, totalizando R\$ 5.000. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Ourinvest Participações S/A.

Com base na Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de dezembro de 2013, foi deliberado o aumento de Capital Social para R\$ 39.000, dividido em 6.066.916 ações nominativas, sendo 3.033.458 preferenciais e 3.033.458 ordinárias, sem valor nominal, mediante a emissão de 1.410.616 novas ações nominativas, sendo 705.308 ordinárias e 705.308 preferenciais ao preço unitário de R\$ 8,5069218, totalizando R\$ 12.000. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Ourinvest Participações S/A.

b. Reservas

• ***Reserva legal***

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do semestre, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do semestre societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do semestre social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de junho de 2015, o Banco destinou a título de dividendos mínimos obrigatórios R\$ 520. Em 2014, o Banco não destinou, e não distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

e. Participação de acionistas não controladores

É constituída pelos acionistas não controladores da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. representando o total de 49,9983% da mesma.

23 Receitas de prestação de serviços

	2015	2014
Rendas de tarifas	6.892	7.221
Administração de fundos	1.007	945
Rendas de comissão e colocação títulos	2.369	3.954
Rendas de corretagens em op. Com bolsa/custódia	987	1.438
Rendas de administração de carteira	15	2
Rendas de outros serviços	<u>98</u>	<u>11</u>
 Total	 <u>11.368</u>	 <u>13.571</u>

O banco atua como intermediador dos direitos creditórios oriundos do Grupo Anhanguera Educacional, para o Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios “FIDC”. Tal cessão ocorre sem qualquer retenção de risco para o Banco.

No semestre, o saldo movimentado oriundo desta operação foi de R\$ 92.794 (2014 - 88.279). A receita de intermediação no semestre foi de R\$ 272 (2014 - 269).

24 Despesa de pessoal

	2015	2014
Remuneração	11.511	8.873
Encargos	3.924	2.798
Benefícios	2.308	1.623
Treinamento	35	79
 Total	 17.778	 13.373

25 Outras Despesas Administrativas

	2015	2014
Serviços técnicos especializados e de terceiros	5.771	4.977
Depreciações e amortizações	172	128
Propaganda, promoções e publicidade	168	212
Processamento de dados	307	323
Comunicações	531	398
Aluguéis	1.177	1.255
Transportes e viagens	82	235
Segurança e vigilância (1)	4.829	2.154
Manutenção e conservação de bens	57	25
Serviços de sistema financeiro	1.762	1.595
Água, energia e gás	119	72
Seguros	43	56
Outras (2)	769	605
 Total	 15.787	 12.035

(1) Custo de segurança e custódia R\$ 4.828 (2014 - R\$ 2.144).

(2) A despesa com maior representatividade é com condomínio no total de R\$ 265 (2014 - R\$ 230).

26 Despesas tributárias

	2015	2014
Despesa com COFINS	1.659	1.065
Despesa com ISS	539	650
Despesa com PIS	270	174
Tributos estaduais, municipais e federais	490	364
 Total	 2.958	 2.253

27 Outras receitas operacionais

	2015	2014
Variações monetárias	21	15
Reversão de provisões operacionais - BM&FBovespa	33	-
Reversão de passivos contingentes	-	64
Reversão de outras provisões	7	-
 Total	 61	 79

(1) Refere-se ao reembolso de custas cartorárias efetuadas pelos estabelecimentos conveniados do Banco nas operações de crédito e títulos e créditos.

28 Outras despesas operacionais

	2015	2014
Despesa de provisão operacional - BM&FBovespa	(14)	-
Passivo contingente	(184)	(24)
Outros	(9)	
 Total	 (198)	 (33)

29 Limites operacionais - Acordo Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 11% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, cuja uma das intenções é fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weighted Asset) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Este índice está sendo calculado de forma consolidada.

	2015	2014
Patrimônio de referência	54.475	44.854
Patrimônio de referência exigido	46.664	32.148
Parcela de risco de crédito	24.791	19.560
Parcela de risco de mercado	10.290	6.763
Parcela de risco operacional	11.583	5.825
 Total do ativo ponderado pelo risco	 424.222	 292.255
 Índice de Basileia	 12,84%	 15,48%

30 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do semestre, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco e demais empresas do Grupo Ourinvest.

Os principais saldos e resultados de transações foram:

2015			
	Ativos	Receitas	
Outros créditos diversos	252	1.397	
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. (3)	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação Comissão s/ remuneração quadrimestral	89	516
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Recebimento de cobrança	- 163	877 4
2014			
	Ativos	Receitas	
Outros créditos diversos	7.692	1.416	
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. (3)	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação Comissão s/ remuneração quadrimestral	98	602
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. Brasil Agrosec Cia. Securitizadora de Crédito	Recebimento de cobrança Reembolso de aluguel/IPTU	7.584 10	755 -
2015			
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	
Outras obrigações diversos	(2.371)	(3.388)	
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (4)	Comissão quadrimestral Repasso de cobrança	(451) (1.453)	- -
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (1) Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (4) Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (5) Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (4) Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (5) Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos (4)	Crédito/Cobrança Repasso de cobrança Resultado de cessão Repasso de cobrança Resultado de cessão Repasso de cobrança	- (327) - (129) - (11)	(3.388) - 986 - 218 -
2014			
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	
Outras obrigações diversos	(3.110)	(1.384)	
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (4)	Comissão quadrimestral Repasso de cobrança	(429) (1.788)	- -
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (1) Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (4) Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (5) Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (4) Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (5) Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos (4)	Crédito/Cobrança Repasso de cobrança Resultado de cessão Repasso de cobrança Resultado de cessão Repasso de cobrança	- (301) - (582) - (10)	(2.939) - 647 - 400 -

	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)
	<u>(49.146)</u>	<u>(2.780)</u>	<u>(30.919)</u>	<u>(1.108)</u>
Depósitos a prazo (2)				
Diretores e respectivos cônjuges	(3.194)	(334)	(3.027)	(161)
Suppliercard Adm. de cartões de crédito S.A.	(27.110)	(1.398)	-	-
Ourinvest Participações S.A.	(18.740)	(1.041)	(13.242)	(250)
Taelinvest Participações S.A.	(102)	(7)	(14.650)	(697)

- (1) Valores de despesas referentes à administração e operacionalização dos produtos oriundos dos cartões de créditos, e pela intermediação com os estabelecimentos conveniados, conforme o acordo comercial firmado em agosto de 2007 com a Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S/A.
- (2) Os depósitos a prazo são praticados com base na variação de 100% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para a Ourinvest Participações S.A., 106% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para a Suppliercard Adm. de cartões de Crédito S.A., 110% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para a Taelinvest Participações S.A., e com base na variação de 100% a 115% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para as pessoas físicas ligadas.
- (3) As receitas de comissão são devidas pela comercialização de cotas seniores do Ourinvest FIDC Financeiros - Suppliercard, e foram apuradas com base no percentual de remuneração de 0,90% a.a. sobre o volume de negociação, conforme contrato de distribuição de cotas.
- (4) Saldos referentes ao recebimento de operações de crédito que já foram cedidas, portanto serão transferidas para quem comprou os créditos.
- (5) Resultado na cessão de títulos e créditos a receber.

Outras partes relacionadas - Pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores no serviço totalizou R\$ 147 (R\$ 137 em 2014). O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros do Conselho Fiscal e semelhantes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau;
- Pessoas físicas e jurídicas que participem com mais de 10% de seu capital social.

31 Administrações de fundos/Sociedades de investimentos

O Banco é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujo ativo total são os seguintes:

	2015	2014
Carteira de Vals Mobils. Dartley Bank & Trust Ltd.	1.595	-
Fundo de Investimento Imobiliário Península	<u>2.664.841</u>	<u>2.495.070</u>
Total	<u>2.666.436</u>	<u>2.495.070</u>

32 Outras informações

- (a)** Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 1.086.692 (R\$ 662.895 em 2014) referente aos títulos públicos e privados, exceto cotas de fundos e ações, e 10.137 cotas de fundos e ações (11.667 em 2014) no Banco.
- (b)** Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros contra riscos corporativos era no montante de R\$ 5.000 (2014 - R\$ 5.000).
- (c)** O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.
- (d)** Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%. Embora a MP possua efeito de lei desde a data de sua edição, sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado. Os efeitos desta MP não foram considerados e, desta forma, não houve qualquer impacto decorrente dessa MP nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015.